

COMENTÁRIO
EXEGÉTICO

DANIEL
I. BLOCK

JUÍZES E RUTE



VIDA NOVA

Sumário

<i>Prefácio da série Comentário Exegético</i>	xi
<i>Prefácio do autor</i>	xv
<i>Prefácio dos editores</i>	xix
<i>Reduções gráficas</i>	xxiii
Introdução a Juízes	1
I. Título do livro.....	1
II. Antecedentes históricos e religiosos do livro de Juízes.....	5
III. Composição do livro de Juízes.....	26
IV. História da interpretação do livro de Juízes.....	52
V. O texto de Juízes.....	57
Texto e comentário	
I. Introdução: Os antecedentes para a canaanização de Israel:	
o fracasso de Israel na guerra santa (1.1—3.6).....	67
A. O relato sobre o desempenho de Israel (1.1-36).....	71
1. Introdução (1.1-2).....	80
2. Os êxitos e fracassos de Judá (1.3-20).....	83
3. Os fracassos das outras tribos (1.21-36).....	99
B. O significado teológico do desempenho de Israel (2.1-23).....	109
1. A interpretação do mensageiro divino (2.1-5).....	110
2. A interpretação do narrador (2.6-20a).....	120
3. A interpretação divina (2.20b-22).....	138
4. Conclusão (2.23).....	140

C. As consequências nacionais do desempenho de Israel:	
a provação de Israel (3.1-6)	142
1. A natureza da provação (3.1-3).....	144
2. O propósito da provação (3.4)	148
3. O resultado da provação (3.5-6)	149
II. Corpo: A resposta divina para a canaanização de Israel: os ciclos	
de apostasia e de libertação (3.7—16.31)	152
A. O ciclo de Arã Naaraim e Otoniel (3.7-11)	158
B. O ciclo moabita e de Eúde (3.12-30).....	167
C. Interlúdio 1: O governo de Sangar (3.31)	187
D. O ciclo cananeu e de Baraque (4.1—5.31).....	192
1. O retrato narrativo (4.1-24)	208
2. A celebração poética (5.1-31)	238
E. O ciclo midianita e de Gideão (6.1—9.57)	285
1. O castigo divino e a libertação de Israel (6.1—8.3).....	291
2. O castigo de Gideão e a subjugação de Israel (8.4-28).....	339
3. O legado de Gideão (8.29—9.57).....	359
F. Interlúdio 2: Os governos de Tolá e Jair (10.1-5).....	406
1. Tolá (10.1-2).....	409
2. Jair (10.3-5).....	411
G. O ciclo amonita e de Jefté (10.6—12.7)	413
1. As marcas da canaanização de Israel (10.6).....	417
2. O agente divino do castigo (10.7-9).....	418
3. A resposta de Israel à opressão (10.10-16)	420
4. O agente da libertação de Israel (10.17—11.11).....	425
5. A dádiva divina da libertação (11.12-40).....	435
6. O legado de Jefté (12.1-7).....	464
H. Interlúdio 3: Os governos de Ibsã, Elom e Abdom (12.8-15)	474
1. Ibsã (12.8-10)	475
2. Elom (12.11-12).....	477
3. Abdom (12.13-15).....	478
I. O ciclo filisteu e de Sansão (13.1—16.31)	480
1. As marcas da canaanização de Israel (13.1a)	484
2. O agente divino do castigo (13.1b)	485
3. O agente divino de libertação (13.2-24)	487
4. A dádiva divina da libertação [parcial] (13.25—16.31a).....	518
5. Epílogo (16.31b)	583

III. O ápice: A intensidade da canaanização de Israel (17.1—21.25).....	586
A. A degeneração religiosa de Israel (17.1—18.31)	586
1. A perversão de uma família israelita (17.1-6)	591
2. A perversão do sacerdócio levítico (17.7-13)	600
3. A perversão de uma tribo israelita (18.1-31)	607
B. A degeneração moral de Israel (19.1—21.25)	639
1. O pano de fundo para a atrocidade em Gibeá (19.1-9)	647
2. A natureza da atrocidade em Gibeá (19.10-30).....	655
3. A resposta israelita à atrocidade (20.1-48)	683
4. A crise nacional gerada pela atrocidade (21.1-24)	709
5. Epílogo (21.25)	727

Introdução a Rute731

I. Título do livro e seu lugar no cânon731

II. Texto.....733

III. Data e autoria734

IV. Gênero e intenção.....744

V. Temas e propósito749

VI. Estrutura e sumário763

VII. Esboço do conteúdo do livro767

Texto e comentário

I. Ato 1: A crise para a linhagem da realeza (1.1-21).....771

 A. Cena 1: O cenário da crise (1.1-2).....772

 B. Cena 2: A natureza da crise (1.3-5).....777

 C. Cena 3: A reação à crise (1.6-18)
 780 |

1. A primeira interação (1.6-10)
 781 |

2. A segunda interação (1.11-14).....
 787 |

3. A terceira interação (1.15-18)
 792 |

D. Cena 4: A interpretação da crise (1.19-21).....
 799 |

II. Ato 2: O raio de esperança para a linhagem da realeza (1.22—2.23)....
 804 |

A. Cena 1: O novo cenário (1.22—2.1).....
 805 |

B. Cena 2: A iniciativa de Rute (2.2-3).....	808
C. Cena 3: A bondade de Boaz (2.4-16).....	811
1. A primeira interação (2.4-7)	812
2. A segunda interação (2.8-14).....	817
3. A terceira interação (2.15-16).....	829
D. Cena 4: Os resultados (2.17-23).....	831
III. Ato 3: A complicação para a linhagem da realeza (3.1-18).....	841
A. Cena 1: A estratégia (3.1-5)	843
1. O problema (3.1)	844
2. O resumo dos fatos (3.2)	846
3. Prescrições do procedimento (3.3-5).....	848
B. Cena 2: A implementação da estratégia (3.6-15)	855
1. Fase 1: O encontro noturno (3.6-13)	856
2. Fase 2: A despedida matutina (3.14-15).....	866
C. Cena 3: Os resultados da estratégia (3.16-18)	869
IV. Ato 4: O resgate da linhagem da realeza (4.1-17)	873
A. Cena 1: A solução de acordo com a lei (4.1-12)	874
1. A preparação de Boaz para a ação judicial (4.1-2)	875
2. A descrição do processo judicial (4.3-8).....	880
3. A resposta de Boaz ao resultado do processo judicial (4.9-10).....	893
4. A reação do público ao resultado do processo judicial (4.11-12).....	896
B. Cena 2: A solução por meio da genealogia (4.13-17).....	901
1. O relato narrativo do nascimento de um menino (4.13).....	902
2. A reação das mulheres ao nascimento do menino (4.14-15).....	904
3. O relato narrativo da adoção do menino por Noemi (4.16)	909
4. As mulheres dão nome ao menino (4.17a-b)	911
5. A conclusão do narrador (4.17c).....	914
V. Epílogo: A genealogia da realeza (4.18-22).....	915
<i>Bibliografia selecionada</i>	921
<i>Índice remissivo</i>	931
<i>Índice de passagens bíblicas</i>	945

Prefácio da série *Comentário Exegético*

Conforme narrado no livro de Atos, o encontro entre Filipe e o eunuco etíope na estrada de Jerusalém a Gaza foi obra do SENHOR (At 8.26-39). Esse etíope trazia consigo uma cópia de pelo menos parte das Escrituras, e estava lendo o livro do profeta Isaías. Ao ouvi-lo ler, Filipe indagou: “Entendes o que estás lendo?” (At 8.30).

Ao escrever um comentário, é difícil almejar propósito mais premente do que este: *achegar-se ao leitor das Escrituras para conduzi-lo à compreensão do significado do que lê* — e fazê-lo de modo não apenas informativo, mas também transformador. Esse é o objetivo da série *Comentário Exegético*, de Edições Vida Nova. Seu trabalho interpretativo não pode ter melhor razão para existir nem melhor objetivo. Serve ao propósito de conduzir o leitor à interpretação precisa do texto da Escritura, além de proporcionar um meio de confirmação e validação das interpretações às quais seu estudante tenha chegado no processo hermenêutico e exegético, com vistas à aplicação pessoal ou à exposição da mensagem escrita. Isso porque vivemos em um mundo caído e aflito que precisa de direção. Precisa, portanto, da Palavra de Deus.

Mas o caminho da leitura à prática nem sempre é direto e rápido. Para compreender o texto bíblico, são necessárias boas ferramentas, e entre as mais úteis estão os comentários bíblicos. Existem vários tipos de comentários. Os que integram a série *Comentário Exegético* são daqueles que se aprofundam na compreensão do texto original da Bíblia por meio de uma exegese detalhada, justamente com o propósito de levar o leitor das Escrituras à prática da vontade de Deus.

Assim, os comentários desta série apresentam as seguintes características:

- aliam profundidade acadêmica e facilidade de leitura;
- atendem às necessidades de pastores e demais pregadores da Palavra inspirada;

- são compreensíveis ao leigo interessado no conhecimento mais profundo da Escritura;
- são minuciosos no tratamento de cada texto, sem exagerar nos detalhes;
- tratam a exegese não como um fim em si mesma, mas como recurso para a compreensão do todo;
- apresentam questões das línguas originais de forma acessível;
- têm por objetivo entender cada perícopo em seu contexto, associando cada passagem ao que vem antes e depois;
- reúnem autores que pertencem a uma tradição teológica conservadora e são oriundos de diversas orientações dentro do universo evangélico;
- buscam representar o texto original de modo apurado, claro e que faça sentido para o leitor de hoje.

Além dessas características, há ainda aspectos que diferenciam os comentários que compõem esta série.

Primeiramente, e acima de tudo, ocupam-se *do texto* das Escrituras. Não significa dizer que não deem atenção ao longo desenvolvimento das pesquisas escriturísticas e ao debate acadêmico. Significa, antes, que se esforçam em apresentar um comentário *do texto* e não do debate acadêmico. Portanto, o resultado central e principal desse trabalho é um guia de fácil leitura, reservando para as notas de rodapé (ou notas adicionais ao final de cada seção) a interação com as questões críticas e a respectiva literatura técnica. Ocupar-se, porém, do texto das Escrituras não significa que a série tenha evitado certos métodos críticos ou tenha exigido que cada autor siga uma abordagem definida. Em vez disso, foram adotados as abordagens e os métodos necessários, sempre norteados pelo propósito maior de ajudar cada autor na tarefa de deixar claro o significado desses textos.

Em segundo lugar, os autores da série identificam-se conscientemente como seguidores de Cristo que leem as Escrituras a serviço da igreja e de sua missão no mundo. Ler as Escrituras dessa forma não significa garantir algum tipo específico de interpretação. Significa entender que, na história da interpretação, há épocas em que as Escrituras trazem uma palavra necessária de confronto, chamando o povo de Deus de volta a sua vocação. Já em outras ocasiões, as Escrituras oferecem uma palavra de consolo, lembrando o povo de Deus de sua identidade, de que ele segue a um Messias crucificado e serve a um Deus que vindicará seus caminhos e seu povo.

A terceira característica que distingue esta série é o fato de seus comentários reconhecerem que nossa leitura das Escrituras não pode estar descolada

da realidade do mundo em favor do qual a igreja cumpre sua missão. Pois como C. S. Lewis assinalou, com razão, em seu conto *O sobrinho do mago*, “o que você ouve e vê depende do lugar em que se coloca”.¹ Esse lugar é o mundo em que estamos, o qual nos pressiona com perguntas que não deixam de instruir nosso trabalho de interpretação. Assim, não basta expor aquilo que Deus disse outrora, pois precisamos ouvir vezes sem conta aquilo que o Espírito, por meio das Escrituras, está dizendo à igreja hoje. Por conseguinte, precisamos examinar o significado teológico daquilo que lemos e como essa mensagem pode fincar pé no coração das pessoas.

Por último, a série *Comentário Exegético* foi elaborada por meio da seleção de volumes oriundos de algumas das melhores e mais atualizadas séries de comentários produzidas em língua inglesa. São obras que se situam em um ponto intermediário entre comentários mais críticos e acadêmicos — que incluem citações não traduzidas do grego, do aramaico ou do latim, por exemplo — e comentários homiléticos — os quais tentam trocar em miúdos como um texto das Escrituras pode ser transmitido, em forma de ensino ou pregação, à igreja reunida.

Nossa esperança é que aqueles que estão se preparando para ensinar e pregar a Palavra de Deus encontrem nestas páginas a orientação de que precisam. E que aqueles que estão aprendendo a fazer exegese encontrem aqui um exemplo a ser seguido.

É com imensa satisfação, portanto, que disponibilizamos à igreja brasileira esta preciosa série de comentários bíblicos.

¹*As crônicas de Nárnia* (São Paulo: Martins Fontes, 2009), livro 1: *O sobrinho do mago*.

Prefácio do autor

Os livros de Juízes e Rute apresentam dois retratos dramaticamente diferentes do povo de Israel no fim do segundo milênio a.C. Por um lado, o livro de Juízes declara que, caso o povo de Deus algum dia venha a se esquecer da graça que Deus derramou sobre ele na redenção, no relacionamento pactual e na revelação de sua vontade, a queda para a apostasia será inevitável. Tomadas pelas vitórias incríveis sobre os cananeus que haviam vencido sob a liderança de Josué, as tribos individuais deveriam ter terminado logo o trabalho que ainda restava por fazer com os remanescentes na terra alocada a cada respectiva tribo. Mas a realidade era um bocado diferente do sonho! Incapacitados ou relutantes de manter viva a lembrança da graça divina, quando chegamos ao fim do livro, os israelitas, a respeito de quem lemos, praticamente não poderiam ser distinguidos dos cananeus a quem deveriam substituir. O fato impressionante é que Israel sobrevive a esse período sombrio — mas não baseado em qualquer mérito próprio. À medida que leio esse livro, fico impressionado por Deus sempre estar mais interessado em preservar o seu povo — Israel sob a antiga aliança e a igreja sob a nova — do que seu povo estar interessado em preservar a si mesmo. Vez após vez no livro, por pura graça, Deus resgata seu povo dos destinos deploráveis que eles, em sua própria infidelidade e transgressão, trouxeram sobre si mesmos. O livro de Juízes ensina seus leitores em cada era que, quanto mais escuro o coração humano, mais brilhante é a luz da graça divina.

Contudo, há também o livro de Rute. Sou grato àqueles que foram responsáveis por organizar os livros bíblicos do cânon na sequência que usamos na igreja. Ao colocar essa pequena narrativa encantadora depois dos relatos depressivos dos juízes e de seus compatriotas, somos lembrados de que o reino de Deus é edificado não por força, mas pelo seu Espírito. Além disso, somos instruídos que a obra do SENHOR é realizada não tanto por líderes poderosos e carismáticos, mas por pessoas comuns, que em suas atividades diárias exibem a obra transformadora do Espírito de Deus — pessoas que não somente

buscam sinceramente o refúgio debaixo das asas de Deus, mas que enxergam a si mesmas como as asas sob as quais outros podem encontrar abrigo e cuidado. Os personagens nesse livro inspiram os leitores a se alegrar na **hesed** (graça, misericórdia, bondade, amor, fidelidade etc., todas arroladas debaixo de uma única bela palavra hebraica) que experimentam de Deus e encarnar essa mesma **hesed** nos relacionamentos em sua família e em sua comunidade.

Estes dois comentários foram escritos para que o povo de Deus hoje possa, de um lado, ser persuadido do quanto temos sido espremidos nos moldes do mundo (Rm 12.1, Phillips) e, por outro, ser inspirado a viver como sal e luz neste mundo escuro (Mt 5.3-16). Meus comentários aqui são menos técnicos do que minha obra anterior sobre Ezequiel, mas as perguntas que faço aos autores de Juízes e Rute são as mesmas: (1) O que você está dizendo? (a questão crítica do texto); (2) Por que o diz dessa maneira? (as questões culturais e literárias); (3) O que você quer dizer? (as questões hermenêuticas e teológicas); e (4) Qual a importância dessa mensagem para mim hoje? (a questão prática). Embora tenha lutado com essas questões, também tenho tentado antever perguntas que o leitor contemporâneo efetivamente faz ao texto. Por essas razões, o leitor encontrará variação considerável na fluidez, no nível e na clareza dos meus comentários. Em algumas passagens (a maior parte de Rute, por exemplo), o significado e a importância do texto estão relativamente próximos da superfície. Outros, como Juízes 5, estão entre os mais difíceis da Bíblia. Reconheço que minha interpretação do livro como um todo e que minha percepção de muitos, se não da maioria, dos personagens do livro contraria a tendência da percepção popular. Tudo o que peço aos leitores é que avaliem a minha interpretação com base nas evidências das próprias Escrituras, não com base nas tradições que podem ser antigas, mas também podem estar equivocadas. Como evangélicos, defendemos as Escrituras como nossa única autoridade em todas as questões de fé e de prática. Meu desejo e oração são que, tendo me ouvido falar (por meio da página impressa), todos que lerem os livros de Juízes e Rute descobrirão a relevância e o poder da antiga Palavra de Deus em sua própria vida. Os comentários nunca são a palavra final. E comentários, como as obras de pecadores mortais, nunca podem substituir a pura e viva Palavra de Deus. Se nossa obra não impulsionar os leitores a retornar aos textos bíblicos, temos falhado.

O projeto não poderia ter sido concluído sem a pressão e o incentivo de muitas pessoas. O livro de Juízes tem sido uma paixão especial por algum tempo quando recebi o convite de David Dockery há cerca de uma década para participar na elaboração de uma nova série de comentários para a Southern Baptist Convention [Convenção Batista do Sul]. Nesse ínterim, o SENHOR NOS

levou a Kentucky, onde encontramos uma porta aberta para nosso ministério e grande incentivo para o nosso trabalho. Sou imensamente grato ao Dr. R. Albert Mohler e ao The Southern Baptist Theological Seminary por proverem um contexto agradável e estimulante para que eu pudesse fazer minha pesquisa. Sou especialmente grato por um período sabático de seis meses que recebi em 1998 para que eu pudesse concluir esse projeto. Também gostaria de agradecer a meus assistentes de pós-graduação Kenneth Turner e Michael Roy não apenas por sua ajuda específica nesse projeto, mas em especial por cuidarem de tantas outras tarefas, liberando-me para que eu pudesse me dedicar a este comentário.

Sou imensamente agradecido pela ajuda inestimável de E. Ray Clendenen e dos outros editores envolvidos nessa série de comentários. Com sua leitura cuidadosa e crítica, eles melhoraram a minha escrita e me pouparam de muitos constrangimentos. Nesse contexto, também devo expressar minha gratidão a meus estudantes de seminário no Bethel, St. Paul, Minnesota, aqui no Southern em Louisville e em Harrisburg, Pensilvânia, e aos estudantes da Providence College em Otterburne, Manitoba, Canadá, pelo suporte e reação às perspectivas e interpretações oferecidas aqui. Eles e suas igrejas em que tenho pregado e lecionado a respeito desses livros forneceram os lembretes necessários de que nessa série de comentários escrevemos para a igreja, não tanto para a academia.

Agradecimentos especiais expresso aos que estão mais próximos de mim. Minha esposa, Ellen, proveu apoio incansável ao longo de minha carreira na docência. Isso nunca foi tão necessário quanto nos últimos anos, à medida que nos ocupávamos com esse projeto. A publicação desta obra também me proporciona a oportunidade de agradecer publicamente a meus filhos pelo tesouro especial que são para mim. Em reconhecimento pela alegria que trazem à minha vida, este livro é dedicado ao meu filho Jason e à sua esposa, Carolyn, e à minha filha Jonelle e ao seu marido, Douglas. Minha oração é que ao longo de toda a sua vida eles busquem e encontrem refúgio debaixo das asas do SENHOR e se apresentem como as asas do SENHOR para aqueles em necessidades.

Acima de tudo, bendizemos ao SENHOR, que não cessou de derramar sua *hesed* sobre nós. Oferecemos este comentário a ele como nosso sacrifício de louvor. Que nossa obra seja esclarecedora e inspiradora para todos os que a lerem e que traga glória a Deus, que por meio de Boaz e Rute proveu um “salvador” e “redentor” em Jesus Cristo.

Louisville, Kentucky
22 de maio de 1999

Prefácio dos editores¹

A Palavra de Deus não muda. O mundo de Deus, no entanto, muda a cada geração. Essas mudanças, além das novas descobertas por estudiosos e uma variedade nova de desafios à mensagem do evangelho, convocam a igreja em cada geração a interpretar e aplicar a Palavra de Deus para o povo de Deus. Assim, *The New American Commentary* é elaborado para fazer a ponte entre os séculos 20 e 21. Essa nova série foi planejada e tem sido conduzida primordialmente para capacitar pastores, professores e estudantes para ler a Bíblia com clareza e proclamá-la com poder.

Em certo sentido, *The New American Commentary* não é novo, pois representa a continuação da rica herança da exposição bíblica e teológica. O título dessa coleção de 41 volumes aponta para a continuidade dessa série com um projeto de comentários publicados no final do século 19 intitulado *An American Commentary*, editado por Alvah Hovey. A série mais antiga incluía, entre outros autores, o comentário fora de série de Mateus por John A. Broadus, do qual a editora dessa nova série, Broadman Press, deriva parcialmente seu nome. A série anterior tinha autores e editores que defendiam a infalibilidade das Escrituras, tornando-a um fundamento sólido para o projeto atual. Em consonância com essa herança, todos os autores do NAC (*New American Commentary*) defendem a inspiração divina, a inerrância, a confiabilidade completa e a autoridade plena da Bíblia. A perspectiva do NAC é abertamente confessional e arraigada na tradição evangélica.

Como um comentário é uma ferramenta fundamental para o expositor ou o professor que tenta interpretar e aplicar as Escrituras para a igreja ou para a sala de aula, o NAC se concentra em comunicar a estrutura teológica e o

¹Prefácio dos editores da série original (*New American Commentary*), da qual extraímos o volume de Juízes e Rute para a nossa série *Comentário Exegético*. Deixamos o prefácio aqui para que o leitor conheça a perspectiva teológica dos organizadores da série original.

conteúdo de cada livro da Bíblia. Os autores procuram iluminar tanto o significado histórico quanto a importância contemporânea das Escrituras Sagradas.

Em sua tentativa de fazer uma contribuição singular para a comunidade cristã, o NAC se concentra em duas preocupações. Em primeiro lugar, o comentário enfatiza como cada seção de um livro se encaixa de modo que o leitor se torne ciente da unidade teológica de cada livro e das Escrituras como um todo. Os autores, no entanto, permanecem cientes da rica variedade inerente à Bíblia. Em segundo lugar, o NAC é elaborado com a convicção de que a Bíblia pertence primordialmente à igreja. Cremos que a erudição e a academia fornecem um fundamento indispensável para a compreensão bíblica e para servir a Cristo, mas os editores e autores dessa série têm tentado comunicar suas descobertas e suas pesquisas de uma maneira que edificará todo o corpo de Cristo. Assim, o comentário se concentra na exegese teológica, ao mesmo tempo que fornece exposição prática e aplicável.

O foco teológico do *The New American Commentary* possibilita ao leitor ver as partes, bem como o todo das Escrituras. Os livros da Bíblia variam em seu conteúdo, contexto, tipo literário e estilo. Além dessa rica variedade, os editores e autores reconhecem que a ênfase doutrinária e a utilização dos livros bíblicos mudam de acordo com o local, o contexto e a cultura entre o povo de Deus. Esses fatores, bem como outras preocupações, levaram os editores a dar liberdade para os autores se ocuparem com as questões levantadas pela comunidade acadêmica envolvida com cada livro e determinar o modelo e a extensão dos materiais introdutórios. Além disso, cada autor desenvolveu sua estrutura do comentário do modo que ele achava mais adequado para expor a estrutura básica e o significado dos livros bíblicos para os nossos dias. De modo geral, os debates relacionados à erudição contemporânea e os detalhes técnicos da gramática e da sintaxe são colocados nas notas de rodapé, não no texto do comentário. O formato permite aos pastores e leigos interessados, bem como aos eruditos, professores e estudantes sérios de faculdades e seminários, ter proveito do comentário em diversos níveis. Empregamos essa abordagem porque cremos que todos os cristãos têm o privilégio e a responsabilidade de ler e tentar entender a Bíblia sozinhos.

Em consonância com o desejo de produzir um comentário acessível e atualizado, os editores selecionaram a *New International Version* (NIV) como a tradução padrão para a série de comentários. A escolha foi feita basicamente em decorrência da fidelidade da NIV às línguas originais e de seu estilo refinado e acessível. Os autores, no entanto, tiveram a liberdade de discordar em passagens específicas da NIV à medida que desenvolvem sua própria tradução dos textos grego e hebraico.

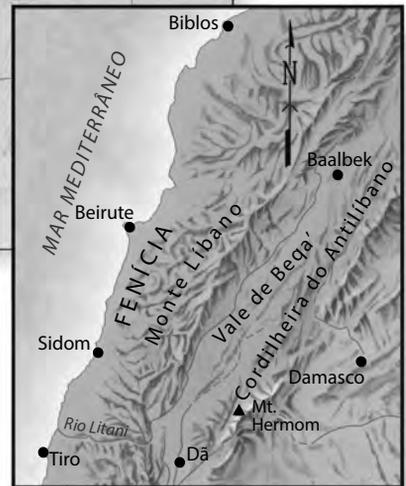
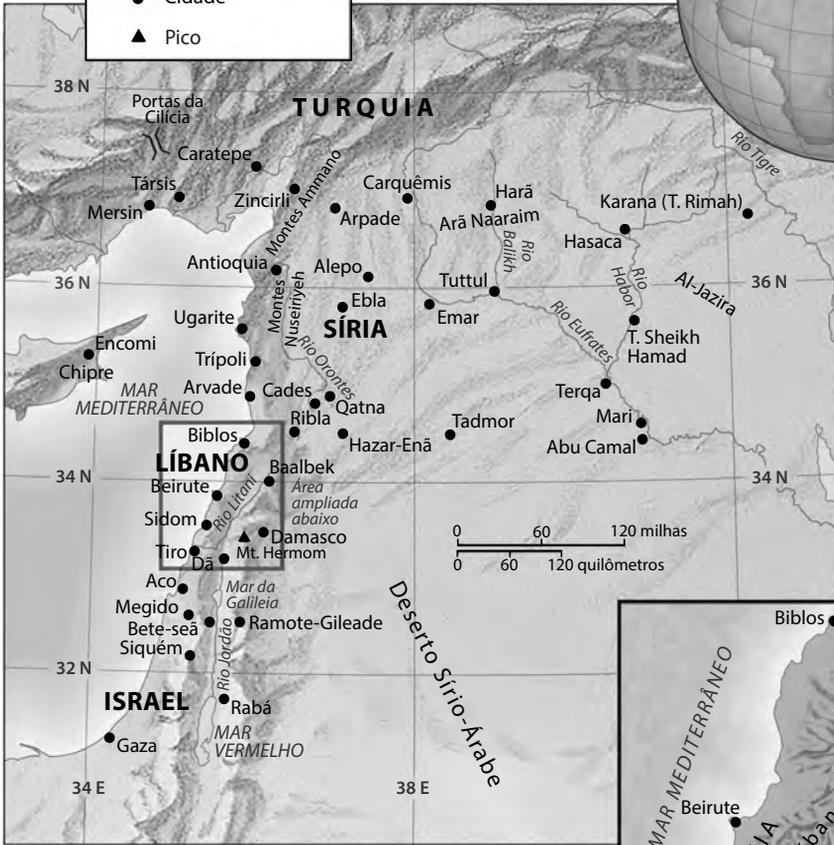
O NAC reflete a visão e a liderança daqueles que fornecem supervisão para a Broadman Press, que em 1987 enxergaram a necessidade de uma nova série de comentários que demonstraria o compromisso com a inerrância das Escrituras e a fidelidade à tradição cristã clássica. Embora o comentário adote em seu título “American”, deve-se observar que alguns autores representam países fora dos Estados Unidos, trazendo uma perspectiva internacional ao comentário. O grupo diversificado de autores inclui eruditos, professores e administradores de quase vinte faculdades e seminários diferentes, bem como pastores, missionários e uma pessoa leiga.

Os editores e autores esperam que The New American Commentary possa ser útil e instrutivo para pastores e professores, eruditos e estudantes, para homens e mulheres nas igrejas que estudam e ensinam a Palavra de Deus em diversos cenários. Confiamos que tanto editores quanto autores e leitores possam usar o comentário para edificar a igreja, incentivar a obediência e levar renovação ao povo de Deus. Acima de tudo, oramos para que o NAC traga glória e honra a nosso SENHOR, que graciosamente nos redimiu e fielmente se revelou a nós em sua Palavra Sagrada.

Soli Deo Gloria
Os editores

SÍRIA E LÍBANO

- Cidade
- ▲ Pico



Introdução a Juízes

I. Título do livro

O título do livro de Juízes em nosso idioma deriva da Vulgata, que denominou essa composição bíblica de *Liber Iudicum*. Assim como *kritai*, a designação do livro na Septuaginta (LXX), essas designações representam traduções literais do nome hebraico *šōpēṭîm*, tradicionalmente traduzido por “juízes”. Em contraste com os livros do Pentateuco, que derivam seus títulos das palavras iniciais dos respectivos livros, esse título tem sua origem na atividade de alguns dos personagens mais importantes do livro. Contudo, essa tradução é um pouco enganosa por vários motivos.

Primeiro, nenhum dos indivíduos que identificamos como “juízes” é especificamente identificado como um *šōpēṭ*, geralmente traduzido por “juiz”. Na verdade, o título “o Juiz” é usado para se referir a um indivíduo específico somente uma única vez, no discurso de Jefté diante da delegação dos amonitas (11.27), em que é aplicado não a Jefté, mas a Yahweh.¹ Diante desses estrangeiros, o líder israelita apresenta o Deus de Israel como um juiz divino universal que resolve as disputas entre as nações (cf. Gn 18.25). O termo “juiz/juízes” (*šōpēṭ/šōpēṭîm*) é usado como uma designação geral para os líderes de Israel em 2.16-19. Disso podemos inferir que os líderes retratados no livro podem ser designados dessa maneira. O verbo *šāpaṭ*, “julgar” (NIV: “liderar”) é usado para retratar a atividade de quatro dos juízes principais² (Otoniel [3.10], Débora [4.4], Jefté [12.7] e Sansão [15.20; 16.31] e cinco dos juízes secundários (Tolá [10.2], Jair [10.3], Ibsã [12.8-9], Elom [12.11] e Abdom

¹Embora em 3.10 a NIV afirme que Otoniel “tornou-se o juiz de Israel”. Uma tradução mais correta seria “ele julgou Israel”.

²Os juízes “secundários” são designados dessa maneira porque não desempenham papel ativo algum na narrativa principal. A respeito da designação “principal” e “secundário” comparada com a caracterização tradicional, juízes “maiores” e juízes “menores”, veja adiante.

[12.13-14]). Dos que geralmente são considerados “juizes”, só a respeito de Débora é dito que ela serviu no que poderia ser designado como uma função judicial (4.4-5). Mas mesmo aqui é questionável que o verbo deva ser entendido no sentido judicial comum.³ Seja como for, essa função tem pouco que ver com os acontecimentos que a tornaram conhecida.

Segundo, a raiz *špt*, “julgar”, não aparece nas seções principais do livro. Não é encontrada em 1.1—2.5 nem em 17.21—21.25, que fornecem a estrutura para as narrativas das atividades dos “juizes”.

Terceiro, a raiz *špt*, “julgar”, em 1Samuel sugere que o título “livro de Juizes” poderia se estender além do livro atual. Cronologicamente, a história de Samuel, em especial suas atividades antes da nomeação do rei Saul (1Sm 1—7), se encaixa nesse período, e os papéis judiciais e soteriológicos que ele desempenha sugerem que a designação “livro de Juizes” deveria se estender no mínimo até lá.⁴ A impressão é acentuada pela inclusão, por parte de Samuel, de Jerubaal (Gideão), Bedã (Baraque) e Jefé em 1Samuel 12.11 e a conclusão estereotipada do narrador para a narrativa de Eli (1Sm 4.18): “Assim, ele liderou Israel durante quarenta anos”.

Quarto, os “juizes” atuavam mais como libertadores do que como oficiais de justiça. O problema com a designação “juizes” aparece em 2.16-19, o único lugar no livro em que o substantivo é aplicado a líderes da nação. Aqui o autor apresenta sua própria definição do papel dos “juizes”: “Então, o SENHOR levantou juizes, que os salvaram [uma forma do verbo *yāša*¹] das mãos daqueles que os atacavam”. Essa afirmação anuncia três fatos importantes: (1) A fonte da autoridade e do poder dos juizes era Yahweh.⁵ (2) O propósito de sua nomeação não era judicial, mas soteriológico. Por conseguinte, a utilização do verbo *yāša*¹ sugere que o corpo principal do livro, se não do livro como

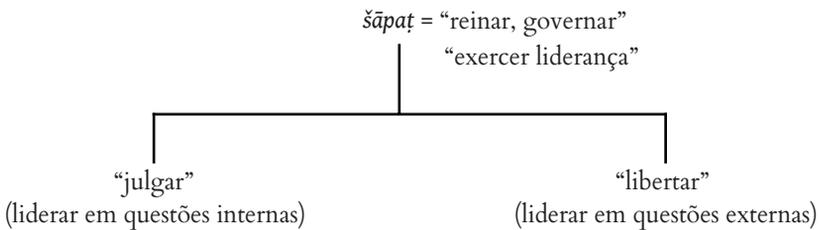
³Cp. o papel similar de Samuel em 1Samuel 7.15-16. A respeito de questões relacionadas ao papel judicial de Débora, veja os comentários sobre a respectiva passagem, bem como D. I. Block, “Deborah among the Judges: the perspective of the Hebrew historian”, in: A. R. Millard et al., orgs. *Faith, tradition, and history: Old Testament historiography in its Near Eastern context* (Winona Lake: Eisenbrauns, 1994), p. 229-53.

⁴Isso se confirma ainda mais se Josué-2Reis for tratado como uma unidade literária, a história deuteronomista (doravante HD). Nessa análise dos escritos do deuteronomista a respeito do período de juizes, M. Noth inclui 1Samuel 1—12 com o livro de Juizes. Veja *The deuteronomistic history*, trad. para o inglês de D. Orton, JSOTSup 15 (Sheffield: JSOT, 1981), p. 43-52.

⁵Cf. o uso do verbo *hifil* (הִפִּיל) em 3.9,15. O processo de suscitar e levantar um libertador é retratado em detalhes em 4.6-9 (Baraque); 6.1-40 (Gideão); 11.1-40 (Jefé, embora o processo seja apresentado como uma empreitada essencialmente humana; cf. 11.29); 13.1-25 (Sansão).

um todo, deveria ser chamado de “Livro dos Salvadores/Libertadores”.⁶ Na verdade, a designação *môšîā’*, “libertador”, é aplicada de modo específico a vários juízes,⁷ embora em outras passagens Yahweh também seja retratado como o libertador.⁸ (3) Essas pessoas eram instrumentos de libertação de inimigos externos;⁹ o propósito delas não era resolver disputas internas.

Diante dessas evidências, nosso termo em português “juiz” evidentemente deixa de captar a natureza da atividade e do papel dos líderes de Israel no livro de Juízes. Mas como então eles podem ser chamados de *šōpēṭîm*, que deriva do verbo *šāpaṭ*, geralmente representado de maneira adequada por “julgar”? O problema é respondido da maneira mais adequada ao reconhecer que a raiz hebraica *špṭ* traz um significado mais amplo do que simplesmente a noção de agir judicialmente. Em contraste com o cognato semântico *dîn*, que sempre traz o sentido judicial, “julgar”, a raiz *šāpaṭ* significa “governar, administrar, exercer liderança”,¹⁰ e sua utilização derivada pode ser diagramada como se segue:



O uso geral, não judicial, encontrado aqui também pode ser visto em outras partes do Antigo Testamento. Especialmente importante é 1Samuel

⁶Cf. W. Richter, *Die Bearbeitungen des "Retterbuches" in der deuteronomischen Epoche*, BBB 21 (Bonn: P. Hanstein, 1964).

⁷Otoniel (3.9), Eúde (3.15). Cf. o uso do verbo *יָשַׁע* “salvar, resgatar” (*hifil*), a respeito da ação de Sangar (3.31), Gideão (6.15; 8.22), Tolá (10.1), Jefé (12.3) e Sansão (13.5).

⁸3.9; 6.36–37; 7.7; 10.13. A respeito do uso de *מוֹשִׁיעַ* e de *שֹׁפֵט* em Juízes, veja W. Beyerlin (“Gattung und Herkunft des Rahmens im Richterbuch”, in: E. Würthwein; O. Kaiser, orgs., *Tradition und Situation: Studien zur alttestamentlichen Prophetie, Festschrift A. Weiser* [Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1963], p. 6–7). Beyerlin sustenta que o termo *מוֹשִׁיעַ* representa a designação mais antiga para personagens libertadores carismáticos e que *שֹׁפֵט* é secundário, uma derivação de uma época posterior quando uma conexão entre o “principal” e o “secundário” era pressuposta.

⁹“Da mão de seus saqueadores” (*מִיַּד שֹׁטְיָהֶם*) em 2.16; “da mão dos seus inimigos” (*מִיַּד אֹיְבֵיהֶם*) no versículo 18.

¹⁰T. L. J. Mafico (“Judge, Judging”, *ABD* 3.1104–5) observa que o papel dos juízes era “restaurar a *shalom*, relações harmoniosas”.

8.5, que ocorre em um contexto de uma crise desencadeada por uma combinação da ameaça dos filisteus e da perversão dos filhos de Samuel, a quem o profeta tinha nomeado para governar Israel (8.1-3). No versículo 5, os israelitas explicitamente pedem um rei (*melek*) para governá-los (*šāpaṭ*) como as nações. Nada na réplica de Samuel sugere uma função especificamente judicial para esse cargo oficialmente reconhecido: (1) Yahweh interpreta o pedido como uma rejeição de sua realeza, não do cargo de Samuel como juiz. (2) A expressão *mišpaṭ hammelek* nos versículos 9-11 não tem conexão alguma com a função judicial de um rei.¹¹ (3) A advertência de Samuel ao povo não expressa preocupação com a prática judicial, mas com o exercício de poder, o estilo de governo. (4) O povo quer um rei especificamente para liderá-los na batalha e para governar a nação. Assim, no versículo 5 *šāpaṭ* é entendido da maneira mais adequada como “governar, reinar como rei”.¹² Essa interpretação é apoiada pelos significados das expressões cognatas em acadiano,¹³ ugarítico¹⁴ e fenício.¹⁵ Quando escritores latinos tratam de *šp̄tym* os magistrados supremos em cidades da Fenícia e de Cartago, eles simplesmente transliteram o termo *sūfēs* (*suffēs*), plural *sufētis*.¹⁶ Como os juizes atuavam como príncipes, governadores e chefes sobre territórios e clãs específicos, o termo *šōpētîm* é entendido de maneira mais

¹¹Em outras publicações, tenho argumentado que a expressão se refere ao oráculo do profeta, proferido em resposta ao questionamento do povo. Veja minha monografia, “Deborah among the judges”, p. 243. ; 94.2; 96.13

¹²Veja tb. 2Reis 15.5; Isaías 40.23 (רְזִימִים // שְׂפָטִים, que em Juizes 5.3 está associado a מְלָכִים, “reis”): Amós 2.3 (שָׂרִים // שְׂפָטִים).

¹³Nos textos de Mari, *šapāṭum* era usado para um juiz, bem como para uma pessoa nomeada pelo rei (*šarrum*) para administrar um território em seu favor. A respeito da raiz em acadiano, veja Mañico, “The term *Šapitum* in Akkadian documents”, *JNSL* 13 (1987): 69-87.

¹⁴*lpt*, “governar”, a respeito do qual veja F. C. Fensham, “The Ugaritic root *lpt*”, *JNSL* 12 (1984): 63-9; H. Cazelles, “*Mlpt* a Ugarit”, *Or* 53 (1984): 177-82; M. Smith, *The Ugaritic Baal cycle: introduction with text, translation and commentary of KTU 1.1-1.2*, *vrSup* 55 (Leiden: Brill, 1994), 1.251-2. Observe esp. *cta* 6.6.29:

lyhpk ks mlkk “Certamente ele derrubará o trono do seu reinado”;

lylbr hṯ mlptk “Certamente ele quebrará o cetro do seu governo”.

¹⁵Observe em especial *KAI* 1.2: תַּחַתְסַף חֶטֶר מִשְׁפָּטָה, “Que o cetro do seu governo seja arrancado; תַּהַפֵּךְ כִּסֵּא מַלְכָּה, “Que o trono do seu reino seja derrubado”. A respeito desse texto, veja J. C. L. Gibson, *Textbook of Syrian semitic inscriptions, vol. III: Phoenician inscriptions* (Oxford: Clarendon, 1982), p. 14-6. Para referências adicionais, veja R. S. Tomback, *A comparative semitic lexicon of the Phoenician and Punic languages*, *SBLDS* 32 (Missoula: Scholars, 1974), p. 329-30. Segundo o relato de S. A. Kaufman para a *SBL* em novembro de 1997, a recentemente descoberta, mas ainda não publicada, Inscrição Trilíngue Incirli datada do século 8 a.C., *špt* identifica o ofício do governador da *dnyym* que estava sob o governo do assírio Tiglate-Pileser III.

¹⁶Cf. J. Teixidor, “Les fonctions de *rab* et de *suffēgte* en Phénicie”, *Semitica* 29 (1979): 9-17.

adequada como “governadores tribais, líderes, governadores”, não “juízes”, de modo que o nome do livro é entendido de maneira mais adequada como “O Livro dos Governadores Tribais”.¹⁷

II. Antecedentes históricos e religiosos do livro de Juízes

A. O período dos juízes

O uso de expressões como *yēmē šəpōt haššōpēṭīm*, “os dias em que os governadores governavam”, na primeira linha do livro de Rute, e *yēmē haššōpēṭīm ’āšer šāpēṭū ’et yisrā’el*, “os dias dos governadores que governaram Israel”, em 2Reis 23.22, demonstra que a era dos juízes estava bem definida no pensamento histórico israelita. Os limites cronológicos desse período estão estabelecidos no âmbito do próprio livro de Juízes. O início mais antigo possível é estabelecido por 1.1, “depois da morte de Josué”, e definido adiante em 2.6-10. Assim como a morte dos filhos imediatos de Jacó havia marcado o fim da era patriarcal (Êx 1.5-6) e a morte de Moisés havia marcado o fim do período do Êxodo e das peregrinações (Js 1.1), assim a morte de Josué sinalizou a transição do período da conquista para o período de assentamento na terra de Canaã.

Os estudiosos não conseguem concordar sobre a data de início do período dos juízes. A questão está intimamente ligada não somente à morte de Josué, mas também à data do Êxodo dos israelitas do Egito. Mas as evidências para as datas desses acontecimentos não são conclusivas. Aqueles que aceitam a historicidade essencial do relato bíblico do Êxodo caminham em duas direções diferentes. Com base em 1Reis 6.1¹⁸ e Juízes 11.26,¹⁹ evangélicos americanos tradicionalmente têm datado o Êxodo e a conquista na segunda metade do século 15 a.C.²⁰ Mas muitos evangélicos britânicos entendem que a questão não é tão clara como inicialmente parece. Como veremos, Juízes 11.26 não

¹⁷G. W. Ahlström sugere que esses “juízes” deveriam ser percebidos como todos os outros príncipes e reis cananeus insignificantes da época antes do assentamento (*The history of ancient Palestine from the Paleolithic period to Alexander's conquest*, JSOTSup 146 [Sheffield: Sheffield Academic Press, 1993], p. 372).

¹⁸Salomão iniciou a construção do Templo 480 anos depois do Êxodo.

¹⁹Jeftê insiste em que os israelitas ocuparam por trezentos anos o território reivindicado pelos amonitas.

²⁰Se Salomão iniciou a construção do Templo em 966 a.C. (cf. E. R. Thiele, *The mysterious numbers of the Hebrew kings* [Grand Rapids: Eerdmans, 1965], p. 28; cf. p. 29, 55), a data do Êxodo seria 1446 a.C. Contudo, a defesa mais exaustiva para uma data do Êxodo no século 15 (1470 a.C.!) é apresentada por um erudito britânico, J. J. Bimson, *Redating the Exodus and conquest*, 2. ed., JSOTSup 5 (Sheffield: Almond, 1981).